



## Um novo capítulo para a História do Livro no Brasil

Milena Ribeiro Martins (UFPR)

**Figuras de autor, figuras de editor** é o título do livro de Cilza Bignotto (Editora Unesp, 2018), resultado de pesquisas fundamentadas em uma variedade de fontes primárias nem sempre usuais quando o campo de estudos é a Literatura: contratos de edição, processo de falência, textos publicitários, cartas e, como não poderia deixar de ser, livros e periódicos. Todos eles são apresentados por uma perspectiva que ilumina aspectos da produção e recepção de livros (especialmente de Literatura), das condições de profissionalização de escritores, da legislação e das práticas relativas a direitos autorais no Brasil dos séculos XIX e XX.

O cuidado na análise de documentos, aliado à acuidade com que discute e aprofunda achados de pesquisa anteriores, faz deste um trabalho indispensável à compreensão da história do livro brasileiro. Seu texto dá continuidade a investigações empreendidas por historiadores do livro e da literatura, especialmente a Laurence Hallewell (*O livro no Brasil*), Yvone Soares de Lima (*A ilustração na produção literária*), Marisa Lajolo e Regina Zilberman (*A Formação da leitura no Brasil*), Carmen Azevedo, Márcia Camargos e Vladimir Saccheta (*Monteiro Lobato, furacão na Botocúndia*). A autora não percorre tais caminhos como quem revisita conhecidas paisagens: ela usa novos instrumentos de análise para redesenhar mapas, para reavaliar e propor outro modo de olhar e de qualificar editores, escritores e público leitor.

Não a seduz o bordão da inexistência de leitores e de infraestrutura livreira no país. É sobre dados e livros que ela se debruça e, ao apresentá-los, desnuda estratégias de

distribuição e publicidade de livros, relacionamentos entre escritores e editores, produção e venda de *best-sellers* e de livros de menor sucesso. Assim, também vão se tornando mais conhecidas as dificuldades relativas à produção de livros em um país de tão altos índices de analfabetismo.

Os casos que a pesquisadora analisa são os mais variados. Algumas preciosidades deixam entrever a riqueza do material bruto – e raro – a que ela se dedica: é o caso do livro infantil *Rosalina ou a menina rústica*, suposta tradução de um original inglês, que ela qualifica como “um mistério e um engodo”. (p.372) O livro existe, tem nome de autor impresso na sua capa, mas sua identidade permanece incógnita, sendo, no entanto, inquirida por hipóteses interpretativas da pesquisadora: “*Rosalina* talvez fosse uma aposta da editora para futuras avaliações da Diretoria Geral de Instrução Pública” (p.375), isto é, uma eventual estratégia editorial para fazer emplacar livros infantis mais moralistas e menos provocadores do que aqueles escritos por Monteiro Lobato. A compra e distribuição de livros por órgãos governamentais, bem como os instrumentos de sua censura e as tentativas de seu ludíbrio, também estão, portanto, entre seus objetos de investigação.

O subtítulo do livro – **As práticas editoriais de Monteiro Lobato** – e a imagem do escritor na capa aludem a um dos seus objetivos centrais, que é a reavaliação, fundamentada em dados, da atuação de Lobato como editor sobretudo ao longo da década de 1920. Cilza Bignotto investiga o mito do editor revolucionário, criado por ele mesmo e alimentado por biógrafos e historiadores. A análise da atuação do escritor e editor paulista só é empreendida depois de um cuidadoso panorama histórico a respeito de uma variedade de editores que atuaram no mercado brasileiro ao longo do século XIX. Afinal, para entender a eventual revolução operada por um editor, é imprescindível compreender quais práticas ele poderia ter transformado de forma tão significativa. Paula Brito, Francisco Alves e Baptiste-Louis Garnier são, portanto, peças-chave desse livro: o estudo de seus empreendimentos tornará possível a compreensão contextualizada da atuação de editores do século XX, dentre os quais Leite Ribeiro, a empresa Editorial Hélios, Menotti Del Picchia, o audacioso Benjamin Costallat e Monteiro Lobato – esses últimos considerados “dois dos mais importantes editores dos anos 1920”, guardadas as especificidades que são devidamente discutidas no corpo da análise.

A pesquisa de Cilza Bignotto se vincula a uma sólida tradição da história do livro,

de que fazem parte o americano Robert Darnton, os franceses Roger Chartier e Jean-Yves Mollier e os brasileiros Aníbal Bragança, Márcia Abreu, Nelson Schapochnik, Sandra Vasconcelos, dentre outros. Como eles, Cilza Bignotto não tem pudores em tratar do livro como mercadoria, evidenciando tiragens, valores, preços e salários que também fazem parte do mercado de bens literários. Da mesma forma, pensa no livro como produto que depende de infraestrutura para circular pelo país e chegar às mãos de leitores do Acre, do Mato Grosso, de Minas Gerais.

A importância de tais elementos – materialidade e infraestrutura – é vital para sua argumentação, já que o que está sob sua lente é a reavaliação de um sistema editorial no qual um editor em especial costuma ser louvado por ter revolucionado o modo de distribuição de livros e também o modo de apresentação dessa mercadoria como produto artisticamente embalado. A conclusão a que a pesquisadora chega é de que Lobato contribuiu centralmente para mudar o cenário editorial brasileiro:

Contratou alguns dos melhores artistas da época, investiu dinheiro e, principalmente, capital simbólico, e produziu livros em massa de literatura com 'L' maiúsculo e capas ilustradas. Conseguiu fazer com que o público passasse a ver brochuras de cores berrantes com a mesma seriedade com que via as capas sóbrias de papel amarelo da Garnier. Que outro editor tinha o mesmo prestígio de Monteiro Lobato, no campo literário, para conseguir esse feito? Provavelmente nenhum outro. As capas coloridas ganhariam terreno de um jeito ou de outro; editores menores e autores modernistas já lançavam edições graficamente ousadas. *Monteiro Lobato não foi revolucionário, nesse sentido, mas foi renovador, em uma escala* que os contemporâneos *estetas* não conseguiriam fazer produzir, e os contemporâneos *comerciais*, como Costallat, não teriam prestígio para fazer consagrar. (p.523)

*Prestígio, capital simbólico, campo literário* – são termos que evidenciam a adesão essencial da pesquisadora a conceitos desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu na análise de *bens simbólicos*. É logo na introdução do livro que os conceitos de *campo literário* e outros que o circundam são apresentados e discutidos: a pesquisadora pondera, então, na pertinência dessa abordagem conceitual para o seu objeto de estudos. As relações entre tais conceitos e os de *sistema literário*, de Antonio Candido, e de *circuito da comunicação*, de Robert Darnton, fazem parte da sua argumentação introdutória.

Na densa introdução, a autora estampa uma cópia da capa do processo de falência da Cia. Gráfico-Editora Monteiro Lobato, cuja análise será conduzida paulatina e progressivamente, sendo retomada e esmiuçada nos capítulos finais. O sofrível estado de

conservação do documento e o périplo enfrentado para obtê-lo permitem compreender algumas das dificuldades enfrentadas por esse tipo de pesquisa: materiais raros, livros nunca reeditados, documentos sujeitos a intempéries e mesmo a descuidos de órgãos que deveriam conservá-los. *Como arqueóloga*, a pesquisadora dá valor a algo que está se despedaçando. *Como historiadora* dos livros e da literatura, ela recoloca tais objetos em circulação, atribuindo-lhes significados. Esperançosa, por dezenas de vezes ela enuncia possibilidades de pesquisa para outros estudiosos, alimentando a (sua e nossa) convicção de que o conhecimento é um bem maior.